

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.406 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 22 DE NOVEMBRO DE 2001



Os senadores acolheram a proposta que eleva de 3% para 4% de toda a arrecadação do Imposto de Renda e do IPI a parcela dirigida ao financiamento do setor produtivo nas regiões beneficiadas

## Senado aprova aumento de recursos para regiões carentes

Em primeiro turno, o Plenário votou ontem a proposta de emenda constitucional do senador Ademir Andrade que destina mais recursos aos fundos constitucionais para desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A proposta deverá ser aprovada em segundo turno antes de seguir para o exame da Câmara dos Deputados.

PÁGINA 3

Maior rigor contra produção ilícita de drogas vai à sanção presidencial

PÁGINA 3

Reajuste de dívidas dos estados com a União pode ter novo índice

PÁGINA 3



Ao lado de senadores, Ramez Tebet lança o *Canal do Município* afirmando que o Senado luta pelo exercício do direito de cidadania

### Série da TV Senado ajuda os municípios a se modernizarem

PÁGINA 2

### Acesso à biodiversidade gera polêmica em audiência

Representantes do Executivo defendem medida provisória reeditada desde o ano passado, enquanto entidades da sociedade civil propõem retomada da tramitação de três projetos sobre o tema, um deles aprovado no Senado.

PÁGINA 7



Bernardo Cabral preside a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que aprovou relatório de Osmar Dias favorável ao projeto

### Mudança no Código de Processo Civil passa na CCJ

PÁGINA 6

## Plenário examina MP sobre bônus de energia elétrica

O Senado discute hoje, em turno único, a medida provisória (MP) que trata da complementação, pela União, dos recursos necessários ao pagamento de bônus aos consumidores residenciais de energia elétrica. A matéria teve parecer favorável na Câmara, proferido pelo deputado Neuton Lima (PFL-SP), em substituição à Comissão Mista.

Outra MP que deverá ser apreciada também em turno único é a que institui feriados civis em estados do Nordeste. Ela recebeu parecer favorável na Câmara, do deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG).

Também deverá ser examinada a proposta de emenda à Constituição (PEC) que estende para todos os servidores de profissões regulamentadas da área de saúde o benefício, atualmente permitido apenas aos médicos, de poder acumular dois empregos no serviço público. Essa será sua quinta e última sessão de discussão em primeiro turno.

Também transcorrerá a segunda sessão de discussão em primeiro turno da PEC apresentada pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS) que altera dispositivo constitucional incluindo o Pantanal sul-matogrossense como patrimônio nacional e determinando que sua utilização só poderá ser feita dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente. Consta ainda da ordem do dia de hoje PEC de autoria do senador Arlindo Porto (PTB-MG) que cria os tribunais regionais federais da 6ª e 7ª regiões.

Outra PEC que terá sua segunda sessão de discussão em primeiro turno é a que determina que as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação, mas poderão incidir sobre a importação de bens ou serviços de telecomunicações e derivados de petróleo e combustíveis.



Ramez Tebet e diversos outros senadores participaram do lançamento do Canal do Município

## TV Senado e ILB lançam o "Canal do Município"

Para Ramez Tebet, iniciativa ajuda o Legislativo a "cumprir com o dever de lutar pelo pleno exercício do direito de cidadania no país"

O presidente do Senado, Ramez Tebet, disse ontem, na solenidade de lançamento do *Canal do Município*, série de programas da TV Senado em parceria com o Instituto Legislativo Brasileiro, que a iniciativa ajudará a Casa a cumprir com o dever de lutar pelo pleno exercício do direito de cidadania no país.

— Trata-se de uma oportunidade de integração, altamente valiosa, do Senado com os municípios. Qualquer solução de resgate da dívida social do país passa pela modernização dos municípios — disse.

Tebet ressaltou o papel desempenhado pela TV Senado na divulgação das atividades da Casa, permitindo que a sociedade entenda melhor o funcionamento do Legislativo e as atividades em que os senadores se empenham "na luta pela melhoria da legislação brasileira, buscando atualizar as leis para melhor servir ao povo". Ele saudou, também, a oportunidade de o Senado atuar de forma mais direta prestando serviços de utilidade e orien-

tação, como é o caso do *Canal do Município*, ressaltando que os senadores vão se revezar nos programas, ficando à disposição do público para dirimir dúvidas.

Tebet aproveitou para agradecer ao senador José Sarney (PMDB-AP), que estava presente, pela criação da atual estrutura de comunicação social da Casa — TV, Rádio, Agência e *Jornal do Senado* — durante sua gestão na presidência da Mesa.

— Esse serviço de Comunicação Social, presidente Sarney, devemos ao senhor, e temos que lhe agradecer por esse instrumento que permite ao Senado, cada vez mais, contribuir para a extensão do exercício da cidadania a segmentos cada vez maiores da população — disse.

A solenidade foi encerrada com a apresentação de um compacto da série. No primeiro programa, *Município Legal*, as prefeituras serão orientadas na busca de recursos federais sem depender da intermediação de lobistas. O programa vai detalhar para os administradores mu-

nicipais o Manual de Obtenção de Recursos junto ao Governo Federal, sem Intermediários, editado pelo ILB e com tiragem esgotada.

Em fevereiro, entra no ar o segundo programa da série, dirigido à formação de cidadania. Será um programa de educação a distância, com aula sobre orçamento, processo legislativo e Lei de Responsabilidade Fiscal. O curso será monitorado e avaliado pelo ILB, que fornecerá certificado. O terceiro programa trará debates sobre Lei de Responsabilidade Fiscal e administrações municipais que têm dado certo.

Participaram da solenidade os senadores Maguito Vilela (PMDB-GO), Iris Rezende (PMDB-GO), Gerson Camata (PMDB-ES), Mauro Miranda (PMDB-AM), Pedro Simon (PMDB-RS), João Alberto Souza (PMDB-MA), Sérgio Machado (PMDB-CE), Valmir Amaral (PMDB-DF), Fernando Matusalém (PPB-RO), Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Alberto Silva (PMDB-PI).

## AGENDA

QUINTA-FEIRA, 22 DE NOVEMBRO DE 2001

Senador Ramez Tebet  
Presidente

9h — Recebe o senador Carlos Wilson  
9h30 — Recebe Nildo Alves, prefeito do município de Anastácio (MS)  
10h30 — Recebe Sebastião Kastrop e Waldemar de Paiva, subinspetores da Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro  
11h — Preside sessão deliberativa ordinária  
14h30 — Recebe Renato Navarro Guerreiro, presidente da Anatel  
15h — Recebe Antônio Fernandes dos Santos Neto, presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, e Ubiraci Dantas de Oliveira, vice-presidente da Federação Sindical Mundial  
18h — Participa da celebração do culto ecumênico do Dia Nacional de Ação de Graças. *Catedral Metropolitana de Brasília*

### PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: MP nº 4/01, dispõe sobre a complementação pela União dos recursos necessários ao pagamento de bônus aos consumidores residenciais de energia elétrica; MP nº 5/01, institui feriados civis nos estados que especifica; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 36/01, dá nova redação à alínea "c" do inciso XVI do art. 37 da Constituição federal (inclui dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde na permissão para acumular dois cargos públicos remunerados); segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 36/00, altera a redação do parágrafo 4º do art. 225 da Constituição federal (dispõe sobre a utilização da Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, os pantanais matogrossense e sul-mato-grossense e a Zona Costeira, como patrimônio nacional, assegurando a preservação do meio ambiente); PEC nº 42/01, altera os artigos 149, 155 e 177 da Constituição federal (dispondo que as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação, podendo incidir sobre a importação de bens ou serviços de telecomunicações, derivados de petróleo e combustíveis); PLC nº 62/01, introduz a palavra "obrigatório" após a expressão "curricular", constante do parágrafo 3º do art. 26 da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; PDL nº 139/00, aprova emenda, por troca de notas, ao anexo do acordo sobre transportes aéreos celebrado entre o Brasil e o Chile; PDL nº 286/01, aprova o texto do 5º Protocolo ao Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços, da Organização Mundial do Comércio (OMC); PDL nº 289/01, aprova texto do acordo entre Brasil e Peru sobre cooperação na prevenção do consumo, reabilitação, controle da produção e do tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas e seus delitos conexos; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões de serviço de radiodifusão sonora; e Requerimentos nºs 631/01, da senadora Marina Silva, solicitando a tramitação conjunta do PLC nº 101/01 e do PLS nº 125/01, com os PLSs nºs 182/00 e 196/00, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria; 649/01, do senador Osmar Dias, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 25/01, de sua autoria; e 652/01, do senador Edison Lobão, solicitando a retirada, em caráter definitivo, da PEC nº 3/99, de sua autoria.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Mário Marona  
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150  
Diretora da *Jornal do Senado*: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Raque Sá, José Cruz e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Plenário aprova mais recursos para fundos

A proposta de emenda à Constituição acatada ontem em primeiro turno aumenta a parcela destinada ao financiamento do setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste de 3% para 4% da arrecadação do IR e IPI

## Senado acata nome de Gregori para embaixada em Portugal

O ex-ministro da Justiça José Gregori será o embaixador do Brasil em Portugal. O Plenário aprovou ontem, por 52 votos a favor, 11 contra e duas abstenções, a indicação. O líder do governo no Senado, Artur da Távola (PSDB-RJ), destacou o trabalho do ex-ministro na implantação da política de direitos humanos.

Mesmo considerando que “seria melhor para o país a permanência de Gregori no Ministério da Justiça”, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apoiou a escolha. Ele ressaltou as ações do futuro embaixador na defesa dos direitos humanos e citou a participação de Gregori no episódio que permitiu a Maria Célia Vargas reencontrar seu filho, seqüestrado pelo pai em 1986 e levado para a França.

O Plenário também aprovou as



Senadores durante a votação do nome do ex-ministro da Justiça José Gregori para o cargo de embaixador

indicações de José Augusto Lindgreen Alves para o cargo de embaixador na Bulgária e de Marco Antônio Diniz Brandão para o mesmo cargo no Laos.

## IPCA deve corrigir parcelas da dívida dos estados com a União

Foi aprovado ontem pelo Senado projeto que altera o índice de reajuste das parcelas mensais pagas pelos estados decorrentes dos contratos de refinanciamento de suas dívidas com a União. O texto estipula que o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), atualmente utilizado para correção monetária das prestações pagas, seja substituído pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A alteração, no entanto, fica condicionada à celebração dos respectivos aditivos contratuais. O próprio governo já adota o IPCA para a fixação das metas inflacionárias. Essa é, segundo o autor da

proposta, senador Osmar Dias (PDT-PR), a principal justificativa para a alteração.

– O fator de atualização monetária baseada no IGP-DI não faz sentido, quando o próprio governo assume o IPCA para medir a meta inflacionária – afirmou.

Além disso, sustenta Osmar Dias, o IPCA de 1999, ano da apresentação do projeto, foi 10 pontos menor que o IGP-DI, o que impôs um custo adicional aos estados na rolagem das dívidas.

O senador José Fogaça (PPS-RS) elogiou a proposição, mas salientou a necessidade de que estados e União concordem com as alterações, conforme emenda também aprovada.

O Senado aprovou ontem, em primeiro turno, proposta de emenda constitucional (PEC) que destina mais recursos aos fundos constitucionais para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A proposta, de autoria do senador Ademir Andrade (PSB-PA), eleva a parcela destinada ao financiamento do setor produtivo nas três regiões de 3% para 4% de toda a arrecadação dos Impostos de Renda e sobre Produtos Industrializados (IPI). A PEC recebeu

55 votos favoráveis e dois contrários. A matéria ainda será votada em segundo turno, para então ser enviada à Câmara dos Deputados.

Pela Constituição, a União fica hoje com 53% de toda a arrecadação do Imposto de Renda e do IPI. Os 47% restantes são divididos entre os fundos de participação dos estados (21,5%), dos municípios (22,5%) e de desenvolvimento para as três regiões



Ademir Andrade, autor da PEC, afirma que os recursos vão gerar emprego, renda e desenvolvimento

(3%). O projeto tira 1% da União e faz sua redistribuição entre Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Segundo cálculos de Ademir Andrade, essas regiões receberiam cerca de R\$ 700 milhões a mais com a mudança.

– Esses recursos vão gerar emprego, renda e desenvolvimento, sem que haja qualquer prejuízo às outras regiões, uma vez que ficam inalteradas as destinações

dos fundos dos estados e municípios – disse.

Caso a PEC seja definitivamente aprovada, as regiões Norte e Centro-Oeste passarão a receber 0,9%, cada uma, da arrecadação do IR e do IPI. Ao Nordeste caberá 2,2% dos recursos totais.

**GOVERNO É CONTRA**

O líder do governo no Senado, Artur da Távola (PSDB-RJ), posicionou-se contra a proposta, que, segundo ele, reduz a base de cálculo de outras destinações constitucionais. Ele citou os 18% da receita da União que obrigatoriamente devem ser destinados à educação.

– O PIB das regiões Nordeste e Centro-Oeste cresceu mais que a média nacional e o mesmo aconteceu com quatro dos sete estados do Norte – argumentou Artur da Távola. O vice-líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), votou a favor da proposta de emenda constitucional.

## Fabricação de produto químico utilizado em entorpecente terá controle mais rígido

A fabricação e o comércio de produtos químicos que possam ser utilizados na elaboração de entorpecentes terão fiscalização mais rigorosa. Projeto nesse sentido, de iniciativa do Executivo, foi aprovado ontem pelo Senado. Já acatado na Câmara, o texto segue agora à sanção presidencial.

De acordo com a proposta aprovada, caberá ao Ministério da Justiça definir os produtos a serem controlados. O projeto também institui taxa de controle e fiscalização de produtos químicos, a ser paga pelas pessoas físicas e jurídicas que os fabricam e comercializam.

O texto aprovado lista as infrações e penas para quem descumprir as normas sobre o cadastra-

**O que prevê o projeto**

**O projeto cria a Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos, que será de:**

- R\$ 500 - para a elaboração do cadastro de empresas e pessoas físicas que trabalhem com tais produtos
- R\$ 1.500 - para a emissão de certificado concedendo licença para a atividade
- R\$ 50 - para a emissão de autorizações especiais
- Os valores serão reduzidos quando se tratar de pequena ou microempresa ou no caso de renovação de cadastro

**O Ministério da Justiça irá definir que produtos estarão sujeitos ao controle**

A proposta estabelece que pequenas quantidades de produtos como a acetona estarão fora do controle

mento necessário ao exercício das atividades controladas. As punições incluem advertência formal, apreensão dos produtos,

suspensão ou cancelamento da licença, revogação da autorização e multa que varia de R\$ 2,1 mil a R\$ 1,06 milhão.

## Planejamento da política agrícola nacional deve seguir novas regras

O governo federal será o responsável pelo planejamento da política agrícola nacional. É o que estabelece projeto de lei da Câmara aprovado ontem pelo Senado e que se-

gue agora à sanção presidencial. A proposta altera a legislação que dispõe sobre a política agrícola e, segundo o relator, senador Osmar Dias (PDT-PR), “preenche uma lacuna decorrente

de veto presidencial a essa lei”.

Alegando inconstitucionalidade, o presidente Fernando Henrique vetou artigo que tornava o Ministério da Agricultura responsável pelas diretrizes nacionais e

pelo aporte de recursos da União aos órgãos executores da política agrícola. O projeto simplifica a redação ao determinar que caberá ao governo federal a orientação normativa e as diretrizes

nacionais da política agrícola. A nova redação permite viabilizar um novo sistema de planejamento, com a definição mais precisa do papel do governo.



Moreira: produtor de Rondônia recebe apenas R\$ 0,14 por litro de leite

## Moreira Mendes cobra amparo a produtor de leite

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) apelou ontem ao Ministério da Agricultura para que estabeleça medidas permanentes de amparo aos produtores de leite. O senador considera que essas providências podem garantir ao país crescimento mais acelerado de sua economia.

Moreira Mendes denunciou a crise que o setor leiteiro vem passando, especialmente no estado que representa. O senador assinalou que Rondônia sofreu com o emprego insuficiente de novas tecnologias, a ausência de incentivos federais e a irrisória remuneração dos produtores, ameaçando o crescimento dessa atividade econômica.

De acordo com o senador, examinada a questão de forma ampla, percebe-se que o maior problema enfrentado pelos produtores relaciona-se aos preços. O parlamentar afirmou que, em Rondônia, o produtor é remunerado com apenas R\$ 0,14 por litro de leite.

O senador observou ainda que, apesar de o governo ter reduzido as importações no biênio 1999/2000, a crise econômica não permitiu aumento no consumo interno. Além desse fator, Moreira disse que o crescimento da produção interna não reverteu a demanda de importação. Explicou que, enquanto o leite líquido deve ser consumido em 48 horas, o leite em pó pode ser utilizado no prazo de até um ano.

O parlamentar considera que a saída seria a estocagem do leite em pó nacional, que oferece mais alternativas de comercialização. Em aparte, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) afirmou que estuda apresentar projeto que proíbe a importação, pelo governo, de produtos existentes no país.

# Hartung pede ajuda para os flagelados do Espírito Santo

Estado enfrenta as chuvas mais fortes desde 1979, a BR-101 está interrompida na divisa com a Bahia e há 2.600 desabrigados, diz senador

Além das graves crises administrativa, política e ética enfrentadas pelo estado do Espírito Santo, o povo capixaba está sendo castigado por violentas chuvas, com prejuízos incalculáveis em vidas humanas e bens econômicos, segundo afirmou ontem o senador Paulo Hartung (PSB-ES).

Ele disse que essas chuvas já deixaram nove pessoas mortas e 2.600 desabrigadas, sendo os municípios mais castigados os de Sooterama e Serra, nos quais há cerca de 850 flagelados. Conforme o senador, dez municípios já decretaram situação de emergência e 28 deverão fazê-lo em breve, devido ao quadro desolador em que se encontram.

Hartung disse que desde 1979 o Espírito Santo não era tão castigado pelas chuvas. Informou que a BR-101 está interrompida



Hartung e os outros senadores capixabas solicitaram providências a Ney Suassuna

na divisa com a Bahia, com pelo menos três crateras abertas em pontos isolados, prejudicando o escoamento da produção.

Ele registrou que, juntamente com os senadores Gerson Camata (PMDB-ES) e Ricardo Santos (PSDB-ES), esteve com o ministro da Integração Nacional, Ney Suassuna, relatando os da-

nos sofridos pelo estado e pedindo ajuda. Eles entregaram ao ministro um relatório sobre as condições de cada localidade atingida, pedindo-lhe que fosse ao Espírito Santo ver a situação.

De acordo com Hartung, ontem mesmo Ney Suassuna viajou para o estado, a fim de verificar os estragos agravados pela queda de 28 barreiras nas estradas capixabas. O senador também informou que, ontem à tarde, a bancada do Espírito Santo levaria também um documento ao ministro interino dos Transportes, Alderico Jefferson Silva Lima, pedindo a liberação de recursos para a recuperação urgente das vias atingidas.

Em apartes, os senadores Ricardo Santos, Gerson Camata, Geraldo Melo (PSDB-RN), Maguito Vilela (PMDB-GO) e José Alencar (PL-MG) se solidarizaram com o povo capixaba pelas perdas humanas e prejuízos econômicos enfrentados.

## Ademir quer compensações para afetados por hidrelétrica

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) recomendou ontem que a população dos municípios da área de influência da hidrelétrica de Belo Monte, que está sendo construída no Pará, se una para reivindicar benefícios que compensem as perdas que terá com a obra.

Tendo visitado recentemente as cidades de Gurupá, Almerim e Porto de Moz, situadas na área da hidrelétrica, ele aconselhou seus moradores a se reunirem mais e discutirem a obra com vereadores, prefeitos, políticos da região, representantes da Eletro-norte e do Ministério de Minas e Energia, além do governador do Pará, Almir Gabriel, cuja participação foi considerada fundamental pelo senador.

Na opinião de Ademir Andra-



Para Ademir, é preciso garantir sobrevivência a moradores prejudicados

de, o governador paraense, na maioria das vezes, é omissos nessas questões, negligenciando o fato de que a hidrelétrica está sendo construída em seu estado. Na avaliação do senador, junto com a comunidade, a autoridade tem o dever de discutir todas as implicações e favorecimentos que

podem resultar da obra.

Para o parlamentar, é preciso haver novos assentamentos rurais, indenização de moradores lesados, fixação de *royalties* e outros benefícios que gerem compensações financeiras para os municípios da área de influência da hidrelétrica. Segundo ele, é essencial saber como compensar prejuízos e como propiciar a moradores prejudicados condições de continuar sobrevivendo na região.

## Cabral propõe doação de área a aeroclube

Projeto de lei de autoria do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) propondo a transferência, para o Aeroclube do Amazonas (ACA), de área de 357,2 mil metros quadrados que o ACA ocupa desde 1942, em Manaus, deverá ser examinado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) numa de suas próximas reuniões.

A ocupação da área — que fica nas proximidades do Aeroporto Eduardo Gomes — pelo aeroclube, na época, havia sido autorizada pelo governo estadual que, no entanto, em 1976, se absteve de qualquer manifestação, quando o então presidente Ernesto Geisel baixou decreto autorizando o registro do imóvel em nome da União.

Em todos esses anos, segundo Cabral, o aeroclube promoveu várias benfeitorias na área, tais como a construção de hangares, do pavilhão administrativo, das salas de aula, dos muros, além da instalação de redes elétrica e hidráulica.

## Luiz Otávio: “O Liberal” chega como líder aos 55 anos

Ao homenagear os 55 anos de existência do jornal *O Liberal*, completados dia 14, o senador Luiz Otávio (PPB-PA) afirmou que o periódico paraense rompe o século 21 como um dos mais respeitados jornais do Brasil. Lembrou que, sob comando de Rômulo Maiorana, *O Liberal* se transformou no diário de maior circulação da Amazônia.

Para o senador, o jornal é hoje um dos veículos de maior importância do Sistema Rômulo Maiorana de Comunicação. Presidido por Lucidéia Maiorana, viúva de Rômulo, o conglomerado de empresas tem rádios AM e FM, TV a cabo, provedor de acesso a Internet e um canal de televisão, repetidor na região da programação da Rede Globo de Televisão.

Luiz Otávio informou que convênio com o governo do estado possibilitou que as imagens da TV Liberal alcançassem cerca de 100 municípios.

## Pesar por ex-prefeito de Maringá

O Senado aprovou requerimento para inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de João Paulino Vieira Filho, ex-prefeito de Maringá (PR), ocorrido ontem, naquela cidade. Segundo as tradições da Casa, serão enviadas condolências à família e à Assembléia Legislativa de Maringá.

Ao encaminhar o requerimento, o senador Osmar Dias (PDT-PR) lembrou a administração moderna e competente de João Paulino à frente da prefeitura de Maringá, durante repetidos mandatos, que transformaram a cidade na mais bela do interior do Brasil.

## Homenagem a médico do Maranhão

O Senado aprovou voto de pesar pela morte do médico Miécio Jorge Filho, falecido em São Luís, capital do Maranhão, no último domingo. O requerimento, que prevê o envio de condolências à família do médico, foi uma iniciativa do senador João Alberto Souza (PMDB-MA).

Na justificativa da proposta, João Alberto explica que Miécio prestou serviços de proeminente importância à sociedade de São Luís — foi, além de médico, vereador e grande líder da Igreja —, acrescentou o senador.



Debate no Auditório Petrônio Portella foi promovido por iniciativa de Sebastião Rocha, relator do projeto

## Seminário no Senado debate reserva de vagas para negro

O projeto de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP) que institui vagas para negros em universidades e concursos públicos foi debatido ontem em seminário no Auditório Petrônio Portella, por iniciativa do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), relator da matéria.

O seminário, intitulado Ação Afirmativa, contou com a par-

ticipação de Sebastião Rocha e de estudiosos ligados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ao Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), ao Centro de Estudos e Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert) e ao Ministério da Justiça.

## Alcântara destaca luta contra o preconceito e a intolerância

Ao registrar a comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra, transcorrido dia 20, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou a importância da luta contra o preconceito e a intolerância, o que, afirmou, reforça a tomada da consciência e de atitude diante dos problemas que envolvem a população afro-brasileira.

— Considerar a discriminação como derivada da intolerância nos leva a buscar uma posição pessoal, individual, de cada cidadão. Ou seja, não se trata apenas de definir uma política pública, como a de cotas para negros nas universidades. Trata-se de buscar um compromisso de toda a sociedade — disse.

Lúcio Alcântara citou pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) segundo a qual os brancos constituem 54% da população brasileira e os negros 45%; entre os 10% mais pobres, 70% são da raça negra. Considerando a população com mais de 15 anos, as taxas de analfabetismo são de 8,3% para brancos e 19,8% para negros. Ainda de acordo com o estudo, entre as crianças que trabalham, 62% são negras.

O parlamentar mencionou o



Conforme pesquisa citada por Alcântara, entre os 10% mais pobres no país, 70% são negros

pesquisador Sergei Suarez, para quem as diferenças no mercado de trabalho podem ter três origens básicas — diferenças de qualificação, diferenças de inserção no mercado de trabalho e diferença salarial.

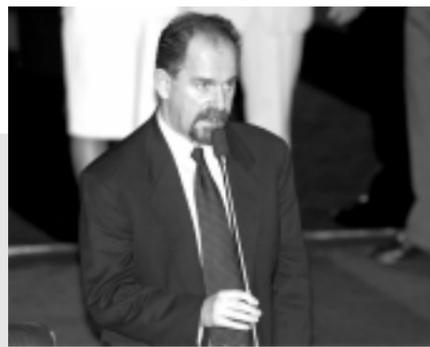
Alcântara observou que o Dia Internacional da Tolerância, comemorado no último dia 16, é importante para aceitar o fato de que os seres humanos — que se caracterizam naturalmente pela diversidade de seu aspecto físico, de sua atuação, de seu modo de expressar-se, de seu comportamento e de seus valores — têm o direito de viver em paz e de ser tais como são. A tolerância, acrescentou, deve ser praticada pelos indivíduos, pelos diferentes grupos étnicos e pelo Estado.

# Dutra protesta contra lucro "exorbitante" dos bancos

Sistema financeiro quadruplicou ganhos no governo Fernando Henrique, disse senador, citando matéria do *Jornal do Brasil*

Ao comentar matéria publicada ontem pelo *Jornal do Brasil*, sobre os lucros dos bancos no governo Fernando Henrique Cardoso, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) classificou-os como "exorbitantes", principalmente porque se baseiam na cobrança sistemática de juros de 30% anuais para empresas e 63% anuais para pessoas físicas. Dutra afirmou que o Brasil de hoje substituiu a tradicional disputa entre capital e trabalho pela luta desigual entre a produção e a especulação.

— Pela matéria, fica bem claro ter havido uma absurda transferência de renda dos setores produtivos para os especulativos, leia-se o sistema financeiro. A manchete está errada quando diz que os lucros dos 30 maiores bancos dobraram no Plano Real; na verdade, eles quadruplicaram, passando de R\$ 2,17 bilhões em dezembro de 94 para R\$ 8,98 bilhões em dezembro de 2000 — observou.



Dutra afirmou que houve absurda transferência de renda do setor produtivo para o especulativo

Em aparte, o senador José Alencar (PL-MG) disse que o maior crime cometido contra a sociedade no Plano Real foi a brutal transferência de renda do setor produtivo para o sistema financeiro.

GREVE

José Eduardo Dutra protestou, ainda, contra o "pacote" antigreve adotado pelo governo. Ao ser baixado num momento em que ocor-

rem duas greves, disse o senador, o pacote tem uma clara intenção de intimidar os grevistas.

Para Dutra, centralizar o pagamento dos servidores públicos no Ministério do Planejamento parece "picuína" com o Judiciário, depois que o Superior Tribunal de Justiça decidiu ordenar o pagamento dos professores em greve.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) fez um apelo ao governo para que pague os salários dos professores das universidades e abra um canal de negociação com os grevistas. Também em aparte, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) concordou com a necessidade de o governo negociar com as categorias em greve.

## Amir Lando é o novo presidente da CFC

O senador Amir Lando (PMDB-RO) foi eleito ontem presidente da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), e o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), vice-presidente. A comissão adiou para a próxima semana a decisão sobre requerimento da senadora Heloísa Helena (PT-AL) para que a comissão acompanhe as investigações a cargo do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a aplicação de recursos federais nas obras do metrô do Distrito Federal.

Em votação simbólica realizada na reunião de ontem, o requerimento havia sido rejeitado, mas o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) observou que o resultado fora "apertado". Realizou-se então uma segunda votação, sendo o requerimento aprovado por um voto de diferença. O senador Romero Jucá (PSDB-RR), contrário ao requerimento, pediu verificação de

quórum. Lando procedeu à verificação e constatou a falta de quórum, adiando a votação do requerimento.

Na mesma reunião, foi aprovado requerimento do senador Wellington Roberto (PMDB-PB), também assinado pelo senador Luiz Otávio (PPB-PA), propondo a convocação de dois tabeliães e um advogado para prestar esclarecimentos sobre o caso da Arisa Agroindustrial e Reflorestadora S/A, que teria descumprido decisão judicial em disputa com o Banco do Nordeste (BNB). O caso é investigado por uma subcomissão criada no âmbito da CFC.



Amir Lando assumiu ontem a direção dos trabalhos da Comissão de Fiscalização e Controle



Arlindo: dentistas não vão para o interior, por não poderem ter mais de um cargo público

## Arlindo defende acumulação de cargo por dentista

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) fez um apelo aos parlamentares para que aprovem, no próximo dia 29, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite a odontólogos acumulem cargos públicos remunerados, a exemplo do que é consentido pela lei a médicos e professores. O senador argumentou que a aprovação da matéria estimularia profissionais de odontologia a desenvolverem suas atividades em comunidades carentes, principalmente na área de saúde bucal.

A proibição de acúmulo de cargos públicos por odontólogos, na avaliação de Arlindo Porto, impede que esses profissionais desenvolvam suas atividades em estados e municípios carentes do interior do país.

# Comissão acolhe mudanças no processo civil

Alterações se referem a contagem de prazos, proíbem ajuizamento simultâneo de ações similares e permitem uso de novas tecnologias na comunicação das partes. Projeto do Executivo vai agora à deliberação do Plenário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer favorável ao projeto de lei de iniciativa do Executivo que altera diversos artigos do Código de Processo Civil, com base em estudos de um grupo de juristas que analisou o assunto em 1991.

O projeto estabelece que, para contagem de prazos, serão computados apenas os dias úteis, e proíbe o ajuizamento simultâneo de ações similares, estratégia usada por advogados para que a matéria seja distribuída a juízes diferentes. Já aprovada pela Câmara, a proposta será submetida agora à deliberação do Plenário do Senado.

O parecer do relator, senador Osmar Dias (PDT-PR), foi lido na reunião pelo senador José Fogaça (PPS-RS). As alterações contidas no projeto incluem a necessidade de respeito à ética por todos os envolvidos nos processos e permitem a utilização de



Projeto aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania inclui a necessidade de respeito à ética por todos os envolvidos nos processos

novas tecnologias para comunicação das partes sobre as etapas da ação.

A proposta amplia, de cinco para dez dias antes da audiência, o prazo para que as partes nomeiem testemunhas. Esse também é o prazo definido no projeto para que os assistentes das partes sejam intimados a oferecer seus pareceres. Aos advogados é assegurado melhor acesso

a informações processuais. Caso sejam transformadas em lei, as alterações devem entrar em vigor em 90 dias.

— Em vez de se buscar reformular de uma só vez toda a lei processual civil, que contém mais de mil e duzentos artigos, optou-se por atualizar o código por tópicos, mediante a elaboração de proposições pontuais — identificou Osmar Dias, no relatório.

## Votação do parecer sobre a reforma do Judiciário é adiada para o dia 28

A pedido do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), o senador Romeu Tuma (PFL-SP), na presidência da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), concedeu vista coletiva do relatório do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) às 247 emendas apresentadas pelos senadores à reforma do Judiciário. Assim, os membros da CCJ ganharam uma semana para analisar a opinião emitida pelo relator sobre cada uma das alterações sugeridas. A matéria volta à pauta da comissão no dia 28 deste mês.

Na reunião de ontem, Cabral apresentou um quadro completo com a análise de cada emenda, concluindo pelo seu acolhimento, pelo acolhimento parcial, pelo acolhimento na forma de subemenda, pela rejeição no mérito ou pela rejeição por inconstitucionalidade. O relator indicou o autor, o teor da emenda e o pare-



Na presidência da reunião da CCJ, Tuma (D) concedeu vista coletiva do relatório de Cabral

cer por ele emitido sobre as modificações propostas.

Segundo Cabral, o relatório foi fruto de um “trabalho de grande dificuldade”, realizado durante o feriado do último dia 15 e todo o final de semana. O relator disse que só foi possível distribuir o quadro com o parecer sobre as emendas aos membros da CCJ com a ajuda do diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, que determinou que a gráfica da Casa funcionasse de madrugada.

Cabral também esclareceu que emitiu o parecer de acordo apenas com a sua conveniência e que, em certos casos, acatou emendas que não agradam o governo federal e até mesmo o Supremo Tribunal Federal (STF).

José Eduardo Dutra afirmou que o pedido de vista tem o objetivo de fazer com que os senadores possam conhecer melhor as emendas apresentadas e, principalmente, a opinião de Cabral sobre cada uma delas. O senador petista, que apresentou 24 emendas, disse que, com tempo para analisar o trabalho do relator, poderá identificar as emendas para as quais vai pedir prioridade para votação em separado.

Dutra, que contou com o apoio dos senadores Romero Jucá (PSDB-RR), vice-líder do governo, e Pedro Simon (PMDB-RS), acredita que o relatório seja votado integralmente na reunião da próxima quarta-feira.

## CCJ vai debater em audiência as medidas do governo contra greve

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou requerimento do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) propondo a realização de audiência pública para debater o conjunto de medidas anunciadas no último dia 12 pelo governo federal, estabelecendo regras que dificultam a liberação de salários de servidores públicos em greve e permitem a contratação de trabalhadores temporários para substituí-los. Serão convidados para o debate o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Paulo Costa Leite, o presidente da Associação Nacional dos Juizes Federais (Ajufe), Flávio Castro e Costa, o advogado-geral da União, Gilmar Ferreira Mendes, e o jurista Celso Bandeira de Melo.

As medidas (dois projetos de lei enviados ao Congresso, um decre-

to e uma medida provisória), conforme Dutra, foram motivadas pelas paralisações na Previdência e nas instituições federais de ensino, mas têm sido questionadas quanto à sua constitucionalidade.

— O debate tem o objetivo de alcançar o devido entendimento quanto ao alcance do decreto presidencial que centralizou na figura do presidente a liberação de recursos para o pagamento dos funcionários públicos, deslocando do Superior Tribunal de Justiça para o Supremo Tribunal Federal a competência originária para decidir sobre repasses de recursos — argumenta Dutra.

O presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), afirmou que entrará em contato com o ministro Costa Leite com a finalidade de marcar o dia da audiência.

## Hartung insiste em nova tabela do IR

O senador Paulo Hartung (PSB-ES) fez um apelo ao Congresso Nacional pela aprovação do projeto de lei, de sua autoria, que corrige em 28% a tabela do Imposto de Renda. A não aprova-

ção da proposta, afirmou, significará uma enorme insensibilidade social e política, cujo ônus recairá, “mais cedo ou mais tarde, sobre os ombros do presidente Fernando Henrique Cardoso”.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

6h — Saúde/Unip — Impotência — Parte 1  
6h30 — Cidadania — O sen. Sebastião Rocha e Wânia Sant'anna, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, falam sobre cotas para a população negra  
7h30 — Entrevista — O sen. Paulo Souto fala sobre a terceirização e o trabalho temporário  
8h — Jornal do Senado — O resumo das atividades do Senado  
8h30 — Saúde/Unip — Impotência — Parte 1  
9h — As Cores do Brasil — Os fortes do Recife  
9h30 — Entrevista — O sen. Carlos Wilson fala sobre o racionamento de energia no Nordeste  
10h — Sessão Plenária (ao vivo)  
Logo após — CPI das ONGs — Audiência pública com Jerson Kelman, presidente da Agência Nacional de Águas (ANA) (gravado)  
15h — Sessão Plenária (representação)  
19h30 — Debate — O sen. Juvêncio da Fonseca e o deputado Fernando Ferro falam sobre imunidade parlamentar  
20h30 — Entrevista — O sen. Roberto Saturnino fala sobre o Fórum Social Mundial

21h — Jornal do Senado — O resumo das atividades do Senado  
21h30 — Sessão Plenária (representação)

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

7h — Música, informação e serviço  
7h30 — Senado Notícias em ondas curtas para as regiões Norte/Nordeste  
8h — Senado Primeira Hora — As principais notícias do Senado, do país e do mundo  
9h — Música, informação e serviço  
9h30 — Chão de Estrelas — Os grandes nomes da música brasileira pré-Bossa Nova  
10h — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)  
13h30 — Chão de Estrelas — Os grandes nomes da música brasileira pré-Bossa Nova (reprise)  
14h15 — Senado Notícias — Edição da Tarde  
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)  
19h30 — A Voz do Brasil  
20h — Música, informação e serviço  
20h30 — Chão de Estrelas — Os grandes nomes da música brasileira pré-Bossa Nova (reprise)  
22h — Senado Notícias — Edição da Noite  
23h — Improviso — Destacando Ella Fitzgerald e seu show de sucesso em Budapeste, Hungria

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

## Comissão aprova nova Lei de Entorpecentes

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem substitutivo da Comissão de Educação ao projeto de lei que trata da prevenção, fiscalização e repressão ao tráfico ilícito e ao uso indevido de entorpecentes e drogas afins. Com 56 artigos, o substitutivo estabelece penas de oito a 20 anos para os traficantes de drogas. A matéria será agora votada em Plenário.

Segundo o relator da matéria, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), o texto aprovado permitirá que o usuário e o dependente das drogas ilícitas, como maconha e cocaína, não sejam presos. A legislação atual classifica como criminosos tanto o traficante quanto o usuário de drogas. Pela proposta aprovada, os viciados terão garantia de tratamento médico e, dependendo do grau da dependência, atendimento psiquiátrico.

De acordo com o projeto, os dependentes e usuários de drogas também serão encaminhados a programas de reeducação, curso ou atendimento psicológico. A proposta prevê ainda prestação de serviços à comunidade pelos viciados. Quem for flagrado dirigindo sob efeito de droga poderá ter a carteira de motorista cassada.

O projeto, do deputado Elias Murad (PSDB-MG), que tramita no Congresso Nacional há dez anos, foi considerado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP) como novo instrumento destinado a apenar com maior rigor os traficantes, ao mesmo tempo em que abre caminho para que os dependentes sejam reconhecidos como doentes e não como criminosos. Para ele, a aprovação vem ao encontro do



Ricardo Santos relatou na CCJ o projeto, que será agora votado pelo Plenário do Senado

que é aplicado na maioria dos países desenvolvidos.

Antes de a comissão aprovar a matéria, foram acolhidas duas emendas do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), excluindo do rol das drogas ilícitas o álcool, o tabaco e outras substâncias, como a retirada do cipó utilizado pelo santo-daime. Para o senador, a redação do artigo 11 estava confusa e permitiria até que o consumo da cerveja fosse proibido.

### VOTO SECRETO

Os membros da CCJ decidiram adiar para a próxima quarta-feira, dia 28, a votação da proposta de emenda à Constituição, do senador Tião Viana (PT-AC), que acaba com a votação secreta em caso de perda de mandato parlamentar. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) vai apresentar substitutivo para ampliar o alcance da proposta, suprimindo da Constituição todas as votações secretas.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) anunciou que vai apresentar voto em separado contrário à proposta. Para ele, é preciso garantir a liberdade de consciência do votante, "afastando-se riscos de constrangimentos que ele possa vir a sofrer".

## Mauro Miranda cobra maior fiscalização de cursos médicos

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) afirmou que uma maior fiscalização sobre as novas escolas de Medicina é uma das principais reivindicações da categoria. Segundo ele, "o *glamour* de outrora transformou-se em inúmeros desafios para uma categoria comprometida pelo inchaço de profissionais cada vez menos preparados".

De acordo com o senador, ocorre atualmente um aumento no número de casos de erros médicos, além da "banalização dos valores cobrados pelas consultas". A situação, declarou, deve-se à falta de

fiscalização e à proliferação dos "cursos de fundo de quintal".

O senador disse que "toda mercadoria produzida em excesso acaba perdendo a qualidade". Prova disso, afirmou, é o fato de o governo federal pagar pouco mais de R\$ 2 por consulta vinculada ao Sistema Único de Saúde (SUS), "quando o mínimo aceitável" deveria ser R\$ 39.

— Obviamente, o valor de R\$ 2 não é repassado para o médico, mas a quantia irrisória, por si só, caracteriza o quanto a profissão não vem recebendo a atenção que necessita.

# Regulamentação do acesso à biodiversidade gera polêmica

Representantes do governo e da sociedade civil se dividiram na audiência sobre a melhor forma de regularizar o uso dos recursos genéticos do país

A discussão sobre a melhor forma de regulamentar o acesso à biodiversidade brasileira dominou a audiência pública realizada ontem, a pedido da senadora Marina Silva (PT-AC), na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). De um lado, representantes do Poder Executivo defenderam a aprovação de medida provisória (MP) reeditada pelo governo desde 2000. De outro, representantes de entidades da sociedade civil propuseram a retomada da tramitação, na Câmara, de três projetos de lei sobre o tema — um deles já aprovado pelo Senado.

Para os debatedores, a aprovação de uma regra definitiva sobre o acesso aos recursos genéticos é necessária para regulamentar, no país, o que prevê a Convenção da Biodiversidade, aprovada em 1992, no Rio de Janeiro, durante a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente. O comércio internacional de produtos farmacêuticos retirados da fauna e flora tropicais alcança em média US\$ 40 bilhões anuais.

O representante do Ministério do Meio Ambiente, Bráulio Dias, sugeriu que a MP seja aprovada e convertida em lei "o quanto antes". Ele defendeu ainda a aprovação de emenda à Constituição que defina a titularidade da União sobre os recursos genéticos brasileiros.

A principal queixa de representantes da sociedade civil em relação à medida provisória é que



Marina Silva (segunda à esquerda) e Romeu Tuma entre participantes da audiência na CAS sobre estabelecimento de regras para utilização da biodiversidade

ela contém apenas sanções administrativas. "Não existe norma sem sanção correspondente", recordou a advogada Gisela Alencar, do Instituto de Direito por um Planeta Verde. "Esse é um texto que não cumpre sua função jurídica e não salvaguarda os interesses nacionais."

### ROYALTIES

A procuradora Juliana Santilli, do Ministério Público do Distrito Federal, apontou "inconstitucionalidades flagrantes" na primeira edição da MP, como a manutenção dos direitos de quem já vinha explorando recursos genéticos no país. "Isso era a legitimação da biopirataria." Mesmo reconhecendo que a medida foi aperfeiçoada, ela defendeu a necessidade de nova regulamentação de acesso aos conhecimentos tradicionais dos índios e dos habitantes da floresta. A procuradora recordou que

duas plantas de Roraima foram patenteadas na Alemanha e que as comunidades locais correm o risco de pagar *royalties* sobre produtos que venham a ser desenvolvidos a partir dessas plantas.

Os riscos da biopirataria também foram apontados pela deputada Socorro Gomes (PCdoB-PA), participante de comissão da Câmara que investigou o tema. Ela lembrou que cientistas estrangeiros muitas vezes se fingem de turistas para levar a seus países amostras de plantas e animais.

Ao falar em nome das comunidades indígenas, Jorge Terena, da Fundação Estadual de Política Indigenista do Amazonas, lamentou que os índios não estejam sendo ouvidos no processo de regulamentação do acesso à biodiversidade. "Há 500 anos esperamos que leis brasileiras favoreçam nossas comunidades", disse.

## Marina defende entendimento com o governo

Durante o debate sobre acesso à biodiversidade, promovido pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a senadora Marina Silva, autora do requerimento para a realização do encontro, fez um apelo ao entendimento. Na sua opinião, não há sentido em se permitir a manutenção de um "cabo de guerra" entre o governo — que editou medida provisória — e o Congresso, que está analisando três projetos de lei sobre o tema.

— O Brasil tem condições de liderar esse debate e lamento que estejamos perdendo tempo — afirmou Marina. Ela anunciou que

apresentará proposta de uma segunda rodada de discussões na CAS em 2002, desta vez com a participação de entidades científicas e empresariais.

O líder do governo no Senado, Artur da Távola (PSDB-RJ), também garantiu sua disposição ao entendimento e procurou questionar, com os participantes do encontro, itens da atual medida provisória que poderiam ser alterados. Entre eles, o da ausência de penas para quem descumprir os dispositivos da MP. Em resposta ao senador, a procuradora Juliana Santilli recordou que as sanções administrativas eram o

"limite das medidas provisórias".

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) demonstrou preocupação com a atuação, na Amazônia, de supostos missionários ligados a multinacionais da indústria farmacêutica. O representante do Ministério do Meio Ambiente, Bráulio Dias, respondeu que a MP em vigor sustenta que qualquer amostra da biodiversidade tem de ser colhida por pesquisadores brasileiros. O presidente da CAS, senador Romeu Tuma (PFL-SP), elogiou a iniciativa de Marina Silva e disse que o debate buscava "preservar os interesses nacionais e da sociedade".

# Maguito critica mudança das regras para prévias do PMDB

Senador considera inaceitável a exclusão de vereadores e diretórios municipais e adverte que a decisão, se mantida, provocará dissidências

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO), ex-presidente interino do partido, considerou inaceitável que a Executiva Nacional do partido tenha decidido que “apenas 3.870 pessoas” possam votar nas prévias de 20 de janeiro para escolha do candidato à disputa presidencial de 2002. Em discurso no Plenário, ele pediu que o Conselho Político do PMDB não homologue a decisão, que deixa de fora das prévias 11.373 vereadores e 2.614 diretórios municipais. Os



Maguito Vilela: “Candidato de proveta não terá legitimidade na disputa presidencial”

votos dos vereadores e dos diretórios municipais, a seu ver, poderão evitar uma interferência do Palácio do Planalto na escolha do candidato do partido.

— Os que querem um colegiado reduzido renegam a democracia interna e fazem opção por um processo recheado de vícios, no qual prevalecem a pressão suja e rasteira, o jogo da barganha política, da troca de cargos e gentilezas. Alerto que um candidato de proveta, unido pela troca de favores políticos, não terá legitimidade na disputa presidencial — disse Maguito Vilela.

O senador acusou o “grupo governista” do partido, majoritário na Executiva, de abrir mão do voto de aproximadamente 80 mil membros dos diretórios municipais. afirmou

que o próprio presidente do PMDB, deputado Michel Temer (SP), chegou a mencionar em documento, durante a convenção que o elegeu, que a consulta prévia iria permitir o voto de 150 mil pessoas.

— Se os vereadores e os diretórios municipais forem excluídos das prévias, estarão fora da campanha. Como o partido poderá exigir trabalho e fidelidade dessas pessoas para um candidato que não ajudaram a escolher? Quem se julga incompetente para convencer 100 mil pessoas no partido não tem condição de enfrentar a eleição para presidente da República — observou.

Conforme Maguito, se a decisão da Executiva não for alterada, as dissidências internas serão inevitáveis. Assim, “muitos líderes impor-

tantes do PMDB apoiarão outros candidatos e a militância estará desunida e desmotivada”. O resultado, acrescentou, é previsível:

— O candidato do maior partido do país poderá ficar sem palanque e sem aliados em muitos estados.

## APOIO

Maguito recebeu apoio, em apertes, dos senadores peemedebistas Mauro Miranda (GO), Iris Rezende (GO), Roberto Requião (PR), Casildo Maldaner (SC) e Carlos Bezerra (MT). Requião sugeriu que, mesmo se mantidos os 3.870 votantes, “os verdadeiros peemedebistas” trabalhem para que o partido escolha um candidato próprio desatrelado “dos interesses do Palácio do Planalto”. Mauro lembrou que o governador Itamar Franco, que sai prejudicado com a decisão, deixou a Presidência da República com 82% de aprovação popular.

Maldaner, presidente do partido em Santa Catarina, disse que a Executiva estadual foi convocada para repudiarem a mudança nas regras. Iris acusou o “grupo governista” do PMDB de praticar “selvageria política” e disse que pretende fazer um discurso informando o que ouviu de Michel Temer antes da eleição para a presidência do partido. Carlos Bezerra disse acreditar que, pelo diálogo, será possível um acordo. Também em aparte, o petista Eduardo Suplicy (SP) considerou democrática a realização de prévias.

## Carlos Wilson destaca concurso para consultor legislativo

O senador Carlos Wilson (PTB-PE) afirmou que realizar, pela primeira vez na história, as provas da primeira etapa do concurso de consultor legislativo e consultor de orçamento fora de Brasília evidencia o alto índice de preocupação democrática do Senado. Para Wilson, a realização das provas em Belém, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo concede igualdade de oportunidade aos candidatos.

— As consultorias Legislativa e de Orçamento são órgãos da mais alta

qualidade, relevância e alcance social para o Senado e para o Congresso Nacional — disse.

Outro aspecto importante do concurso, destacou Wilson, é o fato de sua organização estar sob a responsabilidade de um órgão independente, o Centro de Seleção e Promoções de Eventos (Cespe) da Universidade de Brasília (UnB). Para Carlos Wilson, esse aspecto “agrega ainda mais seriedade, autonomia, credibilidade, transparência e visibilidade ao concurso”.

Carlos Wilson lembrou que há



Carlos Wilson: concurso valoriza igualdade de oportunidades

mais de cinco anos o Senado não promove concurso para preencher vagas nas consultorias. As inscrições foram abertas no último dia 19 e seguem até o dia 30. São 27 vagas e o salário é de R\$ 5,9 mil. Podem participar portadores de diploma em qualquer curso superior. As informações podem ser obtidas na página do Cespe na Internet: [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).



Comitiva pediu a Ramez Tebet agilidade na tramitação da proposta que cria tribunais regionais federais no Paraná e em Minas Gerais

## Tebet recebe comitiva do Paraná e delegação da China

### CHINA E TAIWAN

A proposta de emenda à Constituição (PEC) de autoria do senador Arlindo Porto (PTB-MG) que define a criação de dois tribunais regionais federais, um em Minas Gerais e outro no Paraná, será incluída na pauta de hoje do Plenário, para o primeiro dia de discussão. A decisão foi tomada pelo presidente do Senado, Ramez Tebet, que recebeu na manhã de ontem pedido de agilização da tramitação da matéria formulado por uma comitiva do Paraná, liderada pelo senador Osmar Dias (PDT-PR). À tarde, requerimento nesse sentido, apresentado por Osmar, foi aprovado em Plenário.

A PEC, relatada favoravelmente pelo próprio Osmar Dias, já foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, de acordo com as informações do senador, caso não fosse incluída imediatamente na pauta, não seria aprovada ainda este ano. O encontro com o presidente contou com a presença do autor e do relator da matéria e dos demais senadores do Paraná, Roberto Requião (PMDB) e Álvaro Dias (PDT), dos senadores Francellino Pereira (PFL-MG) e Casildo Maldaner (PMDB-SC), e ainda de representantes da indústria, do comércio, da agricultura e das seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná e em Santa Catarina.

Ramez Tebet também recebeu em audiência ontem uma delegação da República Popular da China, acompanhada do deputado federal Nelson Marquezelli. O grupo manifestou o interesse do país, que acaba de ingressar na Organização Mundial do Comércio (OMC), de incrementar as relações comerciais e o intercâmbio tecnológico com o Brasil. Conforme Marquezelli, o grupo é formado em sua maioria por autoridades da Província de Ti Anjian, a quarta mais rica da China, que tem como atividade principal a agricultura e também sedia 50 das maiores indústrias do país.

Tebet recebeu ainda, em outra audiência, a visita de cortesia do representante de Taiwan, Louis Kuo Shou, que relatou o interesse de seu país em estreitar laços com o Brasil.

### CAIXA

Também visitou Ramez Tebet o presidente da Caixa Econômica Federal, Emílio Carazzai, que o convidou a conhecer as instalações e a diretoria da instituição financeira.

Carazzai disse que o encontro serviu para a Caixa prestar uma homenagem a Tebet, em agradecimento pelo apoio que o presidente concede às questões relativas àquela instituição no Senado.



Benício Sampaio (D) com Freitas Neto, também representante do Piauí

## BENÍCIO SAMPAIO ASSUME VAGA NO SENADO

O médico Benício Parentes de Sampaio (PPB-PI), ex-secretário de Saúde do Piauí, assumiu ontem a vaga do senador Hugo Napoleão (PFL-PI), que no último dia 8 renunciou ao mandato para ocupar o cargo de governador do seu estado. Napoleão, que pela segunda vez ocupa o governo piauiense, foi empossado após a Justiça Eleitoral ter cassado o mandato do ex-governador Francisco de Assis de Moraes Souza, o Mão Santa.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Carlos Wilson e Antonio Carlos Valadares